



ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS
DA BAHIA - APUB SAÚDE

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes

Quadro I - Balanço patrimonial

Quadro II - Demonstração do resultado

Quadro III - Demonstração do resultado abrangente

Quadro IV - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro V - Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras.



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Aos Senhores Administradores da
ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DA BAHIA – APUB SAÚDE
Salvador - BA**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Associação dos Professores Universitários da Bahia – APUB SAÚDE**; que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima mencionadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Associação dos Professores Universitários da Bahia – APUB SAÚDE** em 31 de dezembro 2021, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Direção fiscal

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 15, a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, através da Resolução Operacional – RO nº 2.539, de 29 de abril de 2020, instaurou o Regime de Direção Fiscal na operadora Associação dos Professores Universitários da Bahia – APUB, em função das graves anormalidades econômico-financeiras e administrativas identificadas, que colocaram em risco a continuidade do atendimento à saúde.

A Portaria nº 165, de 29 de abril de 2020, da ANS, nomeou a Sra. Ecirleide Santos de Oliveira Lins Noronha para a função de Diretora Fiscal na APUB, com o objetivo de acompanhar diretamente a adequação das informações econômico-financeiras da Entidade.

Continuidade

A Entidade vem apresentando sucessivos déficits operacionais, tornando seu patrimônio líquido negativo, resultantes do aumento acentuado das despesas com os eventos indenizáveis sem o acréscimo proporcional nas receitas com operações de assistência à saúde. Para reverter essa situação, a Administração vem buscando alternativas para incrementar as receitas e reduzir os custos. As demonstrações financeiras do exercício de 2021 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis à entidade operando em regime normal.

Alienação da carteira de beneficiários

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 16, em 10 de fevereiro de 2022, a Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, através da Resolução Operacional ANS Nº 2.721, determinou que a Entidade promova a alienação da sua carteira de beneficiários, em função das anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33910.023396/2021-92.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram por nós auditadas, sobre as quais emitimos relatório, datado de 22 de fevereiro de 2021, contendo parágrafos de ênfase sobre a direção fiscal e a continuidade operacional da Entidade.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria ao planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela Administração, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Salvador, 28 de fevereiro de 2022.



AUDICONT

AUDICONT – AUDITORES E CONSULTORES

CRC/BA – Nº 0568

LUIZ AUGUSTO FERNANDES DOURADO

CONTADOR – CRC/BA Nº 15.205

QUADRO I

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DA BAHIA - APUB SAÚDE

BALANÇO PATRIMONIAL
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 (Em reais, excluídos os centavos)

ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
	Nota	2021	2020		Nota	2021	2020
Ativo circulante				Passivo circulante			
Disponível		90.287	343.623	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	6	9.417.250	7.683.752
Realizável		12.063.634	7.373.409	Provisão de prêmio / contraprestação não ganha - PPCNG		-	1.105
Aplicações financeiras	3	11.972.878	7.261.078	Provisão para eventos a liquidar para o SUS		420.184	580.053
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		8.736.105	6.943.325	Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		5.158.418	4.241.977
Aplicações livres		3.236.773	317.753	Provisão para eventos ocorridos e não avisados - PEONA		2.962.866	2.860.617
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	4	90.756	104.924	Provisão de insuficiência de prêmios/contraprestações - PIC		875.782	-
Contraprestação pecuniária/ prêmio a receber		62.201	69.052	Débitos com Operações de assistência à Saúde não relacionados com Planos de Saúde da Operadora		119.591	87.715
Participação de Beneficiários em eventos/ sinistros indenizáveis		7.281	7.540	Tributos e encargos sociais a recolher	7	650.141	621.655
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde		21.274	28.332	Débitos diversos		371.603	407.413
Despesas antecipadas		-	7.407	Parcelamentos Tributários	8	1.743.176	1.697.202
Total do ativo circulante		12.153.921	7.717.032	Total do passivo circulante		12.301.761	10.497.737
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Realizável a longo prazo		326.224	52.824	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	6	227.686	207.272
Depósitos judiciais	5	273.078	467	Provisão de Eventos / Sinistros a Liquidar para o SUS		227.686	207.272
Aplicações livres	3	53.146	52.357	Provisões para ações judiciais	9	241.353	148.754
Imobilizado	2.2 d)	20.414	12.558	Tributos e encargos sociais a recolher	8	232.204	453.631
Imobilizado de uso próprio		20.414	12.558	Parcelamento de tributos e contribuições		232.204	453.631
Não hospitalares / odontológicos		20.414	12.558	Total do passivo não circulante		701.243	809.657
Total do ativo não circulante		346.638	65.382	Patrimônio líquido			
				Fundo patrimonial	10	16.097.120	11.178.334
				Déficits acumulados	10	(16.599.565)	(14.703.314)
				Total do patrimônio líquido		(502.445)	(3.524.980)
TOTAL DO ATIVO		12.500.559	7.782.414	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		12.500.559	7.782.414

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO II

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DA BAHIA - APUB SAÚDE

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 (Em reais, excluídos os centavos)

	Nota	2021	2020
Contraprestações efetivas / Prêmios ganhos de plano de assistência à saúde		31.295.528	28.587.795
Receitas com operações de assistência à saúde		31.295.528	28.587.795
Contraprestações líquidas / Prêmios retidos		31.295.528	28.587.795
Eventos indenizáveis líquidos		(30.209.797)	(28.697.014)
Eventos conhecidos ou avisados	11	(29.241.132)	(28.606.166)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados		(92.883)	(90.848)
Variação das provisões técnicas de operações de assistência a saúde		(875.782)	-
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		1.085.731	(109.219)
Outras receitas operacionais com plano de assistência à saúde		227.220	195.350
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora		1.021.301	776.896
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde		(222.236)	(204.144)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(7.410)	(498)
Provisão para perdas sobre créditos		(214.826)	(203.646)
Outras despesas oper. de assist. à saúde não rel. com planos de saúde da operadora		(445.904)	(602.305)
Resultado bruto		1.666.112	56.578
Despesas administrativas		(3.805.675)	(3.494.845)
Resultado financeiro líquido		243.312	(268.958)
Receitas financeiras		418.087	224.266
Despesas financeiras		(174.775)	(493.224)
Déficit do exercício		(1.896.251)	(3.707.225)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO III

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DA BAHIA - APUB SAÚDE

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais, excluídos os centavos)

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Déficit do exercício		(1.896.251)	(3.707.225)
Outros componentes do resultado abrangente		-	-
Resultado abrangente		<u>(1.896.251)</u>	<u>(3.707.225)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO IV**ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DA BAHIA - APUB SAÚDE****DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em reais, excluídos os centavos)

	<u>Nota</u>	<u>Fundo patrimonial</u>	<u>Déficits acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019		8.425.399	(8.570.659)	(145.260)
Ajustes de exercícios anteriores	10		(2.425.430)	(2.425.430)
Aumento do patrimônio social - Taxa de recomposição	10	2.752.935		2.752.935
Déficit do exercício			(3.707.225)	(3.707.225)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		11.178.334	(14.703.314)	(3.524.980)
Aumento do patrimônio social - Taxa de recomposição	10	4.918.786		4.918.786
Déficit do exercício			(1.896.251)	(1.896.251)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		16.097.120	(16.599.565)	(502.445)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO V

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DA BAHIA - APUB SAÚDE

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais, excluídos os centavos)

	Nota	2021	2020
Atividades operacionais			
Recebimentos de planos de saúde		35.374.006	30.176.125
Resgate de aplicações financeiras		10.727.840	5.288.295
Recebimento de juros de aplicações financeiras		363.632	125.869
Pagamentos a fornecedores/prestadores de serviços de saúde		(30.174.634)	(29.398.611)
Pagamentos de pessoal		(1.138.258)	(1.474.296)
Pagamentos de serviços de terceiros		(814.803)	(695.265)
Pagamentos de tributos		(2.698.479)	(2.417.949)
Pagamentos de processos judiciais		-	(1.041)
Pagamentos de alugueis		(127.950)	(112.242)
Pagamentos de promoção e publicidade		(6.965)	-
Aplicações financeiras		(15.445.174)	(5.731.693)
Outros pagamentos operacionais		(948.640)	(723.124)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	12	(4.889.425)	(4.963.932)
Atividades de investimentos			
Pagamentos de aquisição de ativo imobilizado – Outros		(10.086)	(6.329)
Outros pagamentos das atividades de investimentos		(272.611)	(16.584)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(282.697)	(22.913)
Atividades de financiamentos			
Recebimentos de taxa de recomposição patrimonial	10	4.918.786	2.752.935
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		4.918.786	2.752.935
Redução líquida do caixa e equivalentes de caixa		(253.336)	(2.233.910)
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		343.623	2.577.533
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		90.287	343.623
		(253.336)	(2.233.910)
Ativos livres no início do exercício (*)		661.376	2.630.678
Ativos livres no final do exercício (*)		3.327.060	661.376
(Redução) aumento nas aplicações financeiras – recursos livres		2.665.684	(1.969.302)

(*) Refere-se ao saldo do grupo Disponível (Caixa, Bancos Conta Depósito, Aplicações de Liquidez Imediata e Numerários em Trânsito) e Aplicações financeiras livres.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS
DA BAHIA - APUB SAÚDE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais, excluídos os centavos)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

No ano de 1994 foi criado, pelo APUB Sindicato, o plano de assistência à saúde para os professores filiados à instituição da Universidade Federal da Bahia – UFBA, face os valores e abusos dos planos privados de saúde. Em 2009, por exigência da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, foi necessária a desvinculação do Plano de saúde, do Sindicato. Dessa forma, nasceu a APUB SAÚDE, uma associação civil, sem fins lucrativos, de prazo de duração indeterminado, que opera o plano privado de assistência à saúde, não patrocinado, na modalidade de autogestão, denominado APUB SAÚDE, compreendendo o atendimento global, o que envolve as diversas modalidades de tratamento corretivo e preventivo.

Somente poderão ser associados da APUB SAÚDE os empregados, servidores ativos, aposentados e seus dependentes no âmbito da categoria profissional de ensino, vinculados às instituições autorizadas a funcionar pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC, no Estado da Bahia.

A APUB SAÚDE, desde 2010, vem passando por reformas administrativas. Dentre as reformas destacam-se os investimentos realizados em tecnologia com a aquisição de novo sistema corporativo integrado, objetivando fortalecer os controles de suas operações, possibilitar a geração de informações tempestivas para auxiliar seus gestores no processo de tomada de decisões e na elaboração dos relatórios contábeis e financeiros.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. - Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações de nº 6.404/76 e suas respectivas alterações e Pronunciamentos Técnicos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e normas expedidas pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Entidade em 28 de fevereiro de 2022.

2.2. Resumo das principais práticas contábeis adotados pela Entidade.

a) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Por conseguinte, os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. Determinadas mensurações necessitam do julgamento da Administração no processo de registro de estimativas contábeis. Entre os ativos e passivos significativos que estão sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para perdas sobre créditos, provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimento de curto prazo de alta liquidez e com risco irrelevante de mudança de valor.

c) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Os instrumentos financeiros não-derivativos são classificados inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

d) Imobilizado

Os bens estão demonstrados pelo custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada sobre o valor de cada bem pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pela legislação tributária.

As vidas úteis estimadas para o período corrente e exercício comparativo são as seguintes:

Instalações telefônicas	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos

e) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupo. Perdas por *impairment* quando aplicáveis, são reconhecidas no resultado do exercício.

A Administração não identificou ativos registrados com indicação de perda por *impairment*.

f) Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas através das orientações dispostas na Resolução Normativa nº. 274, de 20 de outubro de 2011 e Resolução Normativa nº 393, de 09 de dezembro de 2015, da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

- **Provisão para eventos ocorridos e não avisados - PEONA**

Constituída para fazer face às obrigações contratuais já assumidas pelas operadoras de planos de saúde - OPS, tendo em vista que as contraprestações/prêmios a serem recebidas referentes aos contratos vigentes, somadas à provisão de prêmios/contraprestações não ganhos (PPCNG), são insuficientes.

- **Provisão para insuficiência de contraprestação/prêmio - PIC**

Constituída para fazer face ao pagamento dos eventos já ocorridos e que não tenham sido registrados contabilmente pelas Operadoras de Planos de Saúde - OPS.

- **Provisão de eventos a liquidar para o SUS e para outros prestadores de serviços assistenciais**

A totalidade da provisão de eventos/sinistros a liquidar é baseada nos avisos de cobrança dos serviços médico-hospitalares realizados pelos prestadores de serviços, efetivamente recebidos pela Associação até a data-base do balanço.

g) Débitos de operações de assistência à saúde

Constituídos a partir do faturamento dos serviços prestados pela rede credenciada, em atendimento ao regime de competência, deduzidos de glosas, para as quais os índices de recuperação são irrelevantes.

h) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos apurados em base *pró-rata* dia e as variações monetárias incorridas.

i) Apuração do resultado

O resultado do exercício, apurado pelo regime de competência, inclui o efeito líquido dos rendimentos, encargos e variações monetárias, a índices contratuais ou legais, incidentes sobre ativos e passivos, bem como, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para valores de realização.

j) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Os normativos CPC 06 (R2) - Arrendamentos, CPC 48 – Instrumentos financeiros e IFRS 17 – Contrato de seguros, estão sendo avaliados e serão aplicados quando referendados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Contas ou grupo de contas	Tipo	2021	2020
Aplicações livres			
<u>Capitalização</u>			
Sulamérica	Seguro capitalização (b)	53.146	52.357
<u>Outras aplicações</u>			
Banco Santander S/A	Títulos de renda fixa	2.896.773	307.924
Banco do Brasil S/A	Títulos de renda fixa	340.000	9.829
Subtotal		3.289.919	370.110
Aplicações garantidoras de provisões técnicas			
<u>Aplicações vinculadas</u>			
Banco do Brasil S/A	Fundo RF Dedic ANS (a)	7.193.149	6.943.325
Banco Santander S/A	FI ANS II RF Cred Priv (a)	1.542.956	-
Subtotal		8.736.105	6.943.325
Total		12.026.024	7.313.435
Ativo circulante		11.972.878	7.261.078
Ativo não circulante		53.146	52.357

(a) Aplicações em fundo de investimentos de renda fixa garantidoras de provisões técnicas da ANS.

(b) Aplicação financeira vinculada à garantia do contrato de aluguel do imóvel sede da Administração.

4. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Contas ou grupo de contas	2021	2020
Contraprestações pecuniárias a receber		
A vencer	14.909	71.846
Vencidos até 30 dias	206.389	95.082
Vencidos de 31 a 60 dias	39.973	58.405
Vencidos de 61 a 90 dias	15.725	20.806
Vencidos há mais de 90 dias	11.639	45.996
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(226.434)	(223.083)
Subtotal	62.201	69.052
Participações dos beneficiários em eventos indenizados		
Cobertura assistencial com preços pré-estabelecidos	190.016	79.481
Cobertura assistencial com preços pós-estabelecidos	1.590	1.256
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(184.325)	(73.197)
Subtotal	7.281	7.540
Outros	21.274	28.332
Total	90.756	104.924

5. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Contas ou grupo de contas	2021	2020
Depósitos judiciais eventos / sinistros	273.078	467
Total	273.078	467

6. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Contas ou grupo de contas	2021	2020
Passivo circulante		
Provisão de prêmio / contraprestação não ganha – PPCNG	-	1.105
Provisão de insuficiência de prêmios/contraprestações - PIC	875.782	-
Provisão para eventos a liquidar para o SUS	420.184	580.053
Provisão para eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	5.158.418	4.241.977
Provisão para eventos ocorridos e não avisados – PEONA	2.962.866	2.860.617
	9.417.250	7.683.752
Passivo não circulante		
Provisão para eventos a liquidar para o SUS	227.686	207.272
	227.686	207.272
Total	9.644.936	7.891.024

As parcelas inerentes ao ressarcimento ao SUS, por parte das operadoras de saúde, encontram-se registrados nos termos da Instrução Normativa Conjunta nº 05, de 30 de setembro de 2011. Demonstramos:

Contas ou grupo de contas	2021	2020
Aviso de beneficiários identificados (ABI) x percentual histórico de cobrança (% hc)	31.272	24.570
Dívida ativa	24.925	24.080
Vencidos em até 5 anos	245.465	448.180
Vencidos há mais de 5 anos	29.116	28.654
Débitos parcelados	317.092	261.841
Total	647.870	787.325
Passivo circulante	420.184	580.053
Passivo não circulante	227.686	207.272

7. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

Contas ou grupo de contas	2021	2020
PIS, COFINS e CSLL retidos de terceiros	331.338	393.775
Imposto de Renda Retido na Fonte	51.519	105.542
ISS retido na fonte	89.003	71.683
Contribuições previdenciárias – INSS	169.118	41.143
FGTS a recolher	8.171	8.456
Outros	992	1.056
Total	650.141	621.655

8. PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS

Contas ou grupo de contas	2021	2020
Débitos em juízo	1.535.612	1.484.069
PGFN - Dívida ativa - Débitos não previdenciários	324.497	482.654
Parcelamento previdenciário	112.516	181.463
Débitos a parcelar – Inscrição nº 50619023172-79	2.755	2.647
Total	1.975.380	2.150.833
Passivo circulante	1.743.176	1.697.202
Passivo não circulante	232.204	453.631

Débitos em juízo

Em 24 de setembro de 2019 a Entidade ajuizou processo nº 1011186-65.2019.4.01.3300 da União (Fazenda Nacional), com o objetivo de parcelar, em 60 meses, os débitos federais devidos a título de retenção fiscal, inscritos na PGFN sob nº 50619012954-09 e sem a inclusão dos honorários advocatícios. Em 23 de outubro de 2019 o pedido foi indeferido. A assessoria jurídica da Entidade recorreu da decisão e aguarda julgamento.

O débito pode ser demonstrado da seguinte forma:

Nº da inscrição	Principal	Multa	Juros	Encargos	Total
50619012954-09	988.561	197.712	209.738	139.601	1.535.612
Dívida consolidada	988.561	197.712	209.738	139.601	1.535.612

Em 31 de dezembro de 2020, o débito pode ser demonstrado da seguinte forma:

Nº da inscrição	Principal	Multa	Juros	Encargos	Total
50619012954-09	988.561	197.712	133.915	163.881	1.484.069
Dívida consolidada	988.561	197.712	133.915	163.881	1.484.069

PGFN - Dívida ativa - Débitos não previdenciários

Em 12 de julho de 2019 a Associação aderiu ao parcelamento de débitos inscritos na dívida ativa, no âmbito da PGFN, nos termos do artigo 14-C da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002. Os débitos consolidados foram parcelados em 60 prestações e encontram-se compostos da seguinte forma:

Nº da inscrição	Principal	Multa	Juros	Encargos	Total
50219006703	399.254	79.851	42.846	52.195	574.146
50619012955	13.625	2.725	1.405	1.776	19.531
50719003611	21.411	4.282	2.225	2.792	30.710
50619012959	19.220	3.844	2.052	2.512	27.628
Dívida consolidada	453.510	90.702	48.528	59.275	652.015

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo montava a R\$ 324.497 (em 2020, R\$ 482.654), compreendendo 30 parcelas a vencer.

Parcelamento previdenciário

Em 10 de julho de 2018 a Entidade aderiu ao parcelamento simplificado de contribuições previdenciárias, junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, nos termos dos artigos 10 a 14-F da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, com registro nº 624900258. O saldo da dívida consolidada alcançou R\$ 327.124, parcelados em 60 prestações.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo montava a R\$ 112.516 (em 2020, R\$ 181.463) compreendendo 18 parcelas a vencer.

9. PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS

Corresponde à estimativa de eventuais desembolsos com possíveis desfechos desfavoráveis relativos a processos judiciais, cíveis e trabalhistas. A Administração, baseada nas informações dos seus assessores jurídicos, constituiu, no exercício 2021, provisão para fazer face às contingências passivas no montante de R\$ 241.353 (em 2020, R\$ 148.754).

Contingências cíveis, trabalhistas e tributárias

A Entidade possui contingências advindas do curso normal das operações. Em 31 de dezembro de 2021, os montantes envolvidos, de acordo com processos cuja probabilidade de perda é provável, possível e remota, baseada nas expectativas dos assessores jurídicos, podem ser demonstrados a seguir:

Expectativa de perda				
Natureza	Provável	Possível	Remota	Total
Cível / Tributária	230.353	3.185.093	2.797.396	6.212.842
Honorários	11.000	-	-	11.000
	241.353	3.185.093	2.797.396	6.223.842

Os processos classificados com risco de perda possível, no exercício de 2021, montam a R\$ 3.185.093, os quais são relacionados a contingências cíveis diversas e à cobrança de contribuições previdenciárias e de multa por descumprimento de obrigações acessórias exigidas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A Administração, com base na opinião dos assessores jurídicos, entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis, já tomados em cada processo, são suficientes para preservar o seu patrimônio líquido.

10. FUNDO PATRIMONIAL

Em junho de 2018, A Administração, através de Assembleia Geral datada de 14 de junho de 2018, autorizou a cobrança de nova taxa adicional aos associados para recomposição do patrimônio líquido da Entidade, a ser paga em doze parcelas fixas mensais de R\$ 100, sendo reconhecido o acréscimo ao fundo patrimonial por regime de caixa, ou seja, à medida em que os pagamentos sejam realizados pelos associados. Em relação à esta segunda cobrança, a Associação adotou a prática de contabilizar apenas quando a taxa fosse efetivamente liquidada pelos beneficiários. Desta forma, não foi reconhecido o saldo de inadimplência dos valores incorridos e não pagos até 31 de dezembro de 2019.

Em maio de 2020, a Administração, através de Assembleia Geral datada de 29 de junho de 2020, autorizou a cobrança aos associados de nova taxa adicional para recomposição do patrimônio líquido da Entidade, a ser paga em dezoito parcelas fixas mensais de R\$ 200, sendo reconhecido o acréscimo ao fundo patrimonial por regime de competência.

Ajustes de exercícios anteriores

A Diretora Fiscal, no pleno exercício de suas funções, emitiu a Instrução Diretiva nº 14, em 30 de julho de 2020, determinando que o saldo das contraprestações líquidas fosse ajustado com base nos cálculos apresentados na referida Instrução.

A Entidade regularizou o saldo da conta mencionada e reconheceu, no Patrimônio Líquido, a contrapartida do lançamento como ajustes de exercícios de exercícios anteriores, considerando que o valor ajustado contemplava recebíveis de diversos períodos, inclusive anteriores a 2019. Por este motivo, não foi realizada a reapresentação dos saldos do exercício de 2019.

11. EVENTOS CONHECIDOS OU AVISADOS

Contas ou grupo de contas	2021	2020
Cobertura assistência com preços pré-estabelecidos – antes da Lei nº 9.656/98	(16.229.334)	(13.568.148)
Cobertura assistência com preços pré-estabelecidos – após a Lei nº 9.656/98	(13.024.465)	(14.922.537)
Total da cobertura assistencial com preço pré-estabelecido	(29.253.799)	(28.490.685)
Outros	12.667	(115.481)
Total de eventos conhecidos ou avisados	(29.241.132)	(28.606.166)

12. CONCILIAÇÃO ENTRE O DÉFICIT DO EXERCÍCIO E O FLUXO DE CAIXA DIRETO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	(1.896.251)	(3.707.225)
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	2.230	1.979
Contingências cíveis e trabalhistas	92.599	327.075
Perdas sobre créditos	214.826	203.646
Atualização monetária	(336.104)	(51.584)
	(1.922.700)	(3.226.109)
Variações nos Ativos - Aumento (Redução)		
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	(200.658)	51.385
Despesas antecipadas	7.407	64.060
Resgate de aplicações financeiras	(4.353.701)	(317.529)
	(4.546.952)	(202.084)
Variações nos passivos - Aumento (Redução)		
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	1.753.912	(1.276.137)
Débitos com Operações de assistência à Saúde não relacionados com Planos de Saúde da Operadora	31.876	(31.087)
Tributos e encargos sociais a recolher	(169.751)	(352.945)
Débitos diversos	(35.810)	124.430
	1.580.227	(1.535.739)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(4.889.425)	(4.963.932)

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Associação participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados contabilmente, com o objetivo de administrar a disponibilidade de suas operações e suprir as necessidades de caixa.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Operadora se aproximam dos seus valores justos. A Associação não operou com instrumentos financeiros derivativos, ou outros instrumentos especulativos nos exercícios de 2021 e 2020.

14. EFEITO DO CORONAVÍRUS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em dezembro de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) emitiu o primeiro alerta sobre uma nova doença na cidade chinesa de Wuhan. Em janeiro de 2020 foi anunciado que esta doença é denominada Coronavírus (COVID19), sendo comprovada a transmissão entre pessoas fora da China, atingido diversos países como EUA, Itália, Coreia do Sul, Irã, Turquia, Rússia e Austrália. Em fevereiro de 2020 foram confirmados casos no Brasil.

O acompanhamento às normas emitidas pela ANS, bem como as ocorrências dos casos nos hospitais e clínicas do Brasil permitirão uma avaliação mais precisa dos efeitos do surto de COVID19 para a APUB Saúde, bem como os impactos nas suas despesas e custos.

Na data de emissão destas demonstrações financeiras a Entidade não vislumbra riscos à continuidade de seus negócios tampouco às estimativas e julgamentos contábeis, principalmente aqueles relacionados na nota explicativa nº 3. Não é possível neste momento mensurar ou antecipar os eventuais impactos econômico-financeiros futuros decorrentes de uma pandemia do COVID-19. A Entidade seguirá observando atentamente o desenvolvimento desta situação.

15. DIREÇÃO FISCAL

A Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, através da Resolução Operacional – RO nº 2.539, de 29 de abril de 2020, instaurou o Regime de Direção Fiscal na operadora Associação dos Professores Universitários da Bahia – APUB, em função das graves anormalidades econômico-financeiras e administrativas identificadas, que colocavam em risco a continuidade do atendimento à saúde.

A Portaria nº 165, de 29 de abril de 2020, da ANS, nomeou a Sra. Ecircleide Santos de Oliveira Lins Noronha para a função de Diretora Fiscal na APUB.

Durante os exercícios de 2020 e 2021, foram emitidas diversas Instruções Diretivas, requisitando documentos e informações econômico-financeiras para validação, apresentando valores a corrigir na Contabilidade e estabelecendo prazos para a realização dos ajustes.

16. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 10 de fevereiro de 2022 a Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, através da Resolução Operacional ANS N° 2.721, determinou a alienação da carteira de beneficiários da Entidade, no prazo máximo de 30 dias, em função das anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33910.023396/2021-92. Adicionalmente a referida Resolução, também, determinou a suspensão da comercialização de planos ou produtos da operadora.
